

Clipping Diário

TJPI



28/05/19



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
180 Graus	27.05.19		

Parceiros na execução · 27/05/2019 - 18h36

Comitiva do TJ-PI conhece trabalho da Fazenda da Paz

Comitiva do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (TJ-PI) participou, na manhã deste domingo (26), da graduação de 13 acolhidos da comunidade terapêutica Fazenda da Paz, em Timon (MA). O TJ-PI e a Fazenda da Paz são parceiros na execução do projeto Ressocializar Para Não Prender, desenvolvido pela Central de Inquéritos da Comarca de Teresina.

Participaram do ato o presidente do TJ-PI, desembargador Sebastião Ribeiro Martins; o juiz auxiliar da Presidência João Gabriel Furtado; o Coordenador Judiciário do Pleno do TJ-PI, Marcos Venâncio; e Solange Reis, representando a Associação de Esposas de Magistrados do Estado do Piauí.

O grupo foi ciceroneado pelo coordenador geral da Fazenda da Paz, Célio Barbosa, e visitou as instalações, áreas de produção e os equipamentos utilizados nas atividades laborais da instituição. “A Fazenda da Paz é uma importante parceira do Tribunal de Justiça na realização do projeto Ressocializar para Não Prender, que tem ótimos resultados. Estou impressionado com a estrutura da comunidade e também com os relatos dos graduandos. Faço um apelo para que esses jovens possam regressar às suas casas, ao mercado de trabalho, para que tenham uma vida digna de fato”, comentou o desembargador Sebastião Ribeiro Martins.

O coordenador da Fazenda da Paz, Célio Barbosa, também destacou a importância da parceria com o Tribunal de Justiça. “Nós colocamos toda a nossa estrutura para receber as pessoas enviadas pelo Tribunal e aqui eles aprenderão a como solucionar seu problema com a dependência química. Durante um ano o acolhido fica conosco e aprende a como superar estes desafios, para em seguida se formar, receber o certificado e retornar ao convívio em sociedade. Daqui, ele sai pronto para reconstruir sua vida e é muito importante que a sociedade o acolha”, frisou Célio Barbosa.

Ressocializar Para Não Prender

O Ressocializar Para Não Prender é uma iniciativa do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, por meio do qual formou-se uma rede de apoio social, com a participação de diversos órgãos governamentais e privados, voltada ao fornecimento de tratamento voluntário para alcoolismo e

toxicomania em instituições terapêuticas (Fazenda da Paz e Casa do Oleiro), além de propiciar a inserção no mercado de trabalho, mediante oferta de capacitação e vagas em empregos formais.

Seus beneficiários são indivíduos envolvidos na prática de crimes e com envolvimento com drogas, colocados em liberdade durante Audiência de Custódia e que, após entrevista com equipe multidisciplinar (assistentes sociais, psicólogos, médico psiquiatra), apresentam perfil compatível com o projeto.

São parceiros ainda do projeto Ministério Público e Defensoria Pública do Estado do Piauí, Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Piauí, Governo do Estado (Coordenadoria de Enfrentamento às Drogas e Secretarias Estaduais de Assistência Social e Cidadania, de Segurança Pública, de Educação e de Justiça), Prefeitura Municipal de Teresina (Fundação Municipal de Saúde, Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania e de Assistência Social de Teresina e Fundação Wall Ferraz); Sistema “S” e Federação Piauiense de Futebol.

Fazenda da Paz

A Fazenda da Paz é pioneira no Estado do Piauí na implantação e gerenciamento de comunidades terapêuticas. Desde sua fundação, há 25 anos, já mais de 28 mil dependentes químicos e seus familiares. Atualmente, a Fazenda da Paz mantém seis comunidades terapêuticas: Terra da Esperança, Flor de Maria e Santa Teresinha (Timon/MA), Luz e Vida e Maria Madalena (Teresina/PI) e Mãe da Misericórdia (Valença/PI).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
180 Graus	27.05.19		

Leis Sistêmicas · 27/05/2019 - 18h34

Cejusc e Nupemec promovem mais uma prática de Constelação Familiar

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (TJ-PI), por meio do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) e do Centro Judiciário de Solução de Conflitos (Cejusc), realizou, nesta segunda (27), mais uma prática de Constelação Familiar no Judiciário com o objetivo de solucionar conflitos das partes envolvidas em litígios. A atividade faz parte do projeto Leis Sistêmicas a Serviço da (Re)Conciliação e foi ministrada pela facilitadora e palestrante Adriana Queiroz. O evento é realizado mensalmente pelo Tribunal de Justiça e ocorre na sala do Pleno do Tribunal. O tema do mês de maio foi o divórcio.

O evento foi aberto com a manifestação dos magistrados Virgílio Madeira e Lucicleide Belo, coordenadores do Cejusc de 1º Grau e do Nupemec, respectivamente. Ambos enfatizaram a importância das constelações familiares na busca da paz e da conciliação jurídica. Dirigindo-se especialmente a alunos de Direito que compunham a plateia da constelação, o juiz Virgílio enfatizou que apesar de a atividade de constelação ainda não fazer parte do currículo pleno dos cursos de direito, os alunos estavam testemunhando uma das técnicas mais avançadas de conciliação jurídica disponíveis. “É importante que busquemos formas alternativas, formas novas de se atingir as conciliações”, afirmou o magistrado.

Já a juíza Lucicleide enfatizou a popularização das constelações no judiciário brasileiro atual. “Atualmente, cerca de 17 estados da federação empregam as constelações como prática regular de conciliação — sempre com resultados extraordinários”.

Para a facilitadora Adriana Queiroz, a constelação também representa uma possibilidade de autoconhecimento. “Quando a pessoa se constela, ela se transforma. Vemos muitas pessoas que participam das constelações e, quando voltam para a próxima constelação, dizem que o ambiente familiar está transformado. Mas não foi o ambiente que mudou — foram as pessoas que mudaram”, afirma a facilitadora.

Constelação

Considerada uma terapia familiar, a Constelação Familiar foi desenvolvida pelo pedagogo e psicoterapeuta alemão Bert Hellinger na década de 1970 e foi introduzida no Brasil em 1999.

No Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, as práticas de constelação são realizadas uma vez ao mês, ao longo do ano, abordando temas relacionadas à guarda, herança, divórcio e alienação parental, violência doméstica, adoção, proporcionando aos jurisdicionados reconciliação com a própria história de vida e conciliação no processo judicial.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
CidadeVerde.com	27.05.19		

27/05/19, 15:00

Mutirão vai julgar 143 processos de violência contra a mulher

Em alusão ao dia estadual de combate à violência contra a mulher, lembrado nesta segunda-feira (27), a 5ª Vara Criminal de Teresina realiza mutirão para julgamentos de casos envolvendo feminicídio e com prescrições da Lei Maria da Penha.

O juiz Francisco das Chagas Ferreira, informa que serão reunidos no mutirão 143 processos da 5ª Vara que serão julgados até o final de semana.

“O Piauí é um estado que esta com um volume altíssimo de feminicídio. Por isso o tribunal está fazendo esse esforço para que o feminicídio tenha uma baixa e os demais casos da Lei Maria da penha sejam julgados”, pontuou Chagas Ferreira, informando que a meta é julgar cerca 3 mil processos desse âmbito até o final do ano.

Em Teresina, aproximadamente 10 mil processos tem como tema o debate de violência contra a mulher. O mutirão busca dar celeridade a julgamentos e dar uma resposta contra a impunidade.

“Para que a sociedade tenha essa visão de que o crime contra a mulher é um crime grave”, destacou o juiz.

Valmir Macêdo

redacao@cidadeverde.com



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
Viagora	27.05.19		

Piauí

TJ-PI julgará 143 processos de violência doméstica contra mulher

O mutirão, organizado pela Coordenadoria da Mulher do TJ-PI, segue até a próxima sexta-feira (31). Seis juízes foram designados para a realização dos trabalhos.

- **DA REDAÇÃO**

27/05/2019 20h00 - atualizado 20h11

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (TJ-PI) começou, a partir desta segunda-feira (27), esforço concentrado visando ao julgamento de 143 processos em tramitação na 5ª Vara Criminal da comarca de Teresina – Juizado Maria da Penha.

O mutirão, organizado pela Coordenadoria da Mulher do TJ-PI, segue até a próxima sexta-feira (31). A escolha desta semana como período para realização do esforço concentrado se deu em alusão ao Dia Estadual de Enfrentamento ao Femicídio, 27 de maio.

Seis juízes foram designados para a realização dos trabalhos: o juiz titular e a juíza auxiliar do Juizado Maria da Penha da Capital, os magistrados José Olindo Gil Barbosa e Ana Lúcia Terto, além de quatro juízes de comarcas do interior.

Além disso, a unidade receberá no mês de junho uma jornada do Gabinete Itinerante, promovido pela Corregedoria Geral da Justiça (CGJ), com o objetivo de instruir processos de feminicídio. Durante as jornadas, a equipe do Gabit movimentará processos paralisados há mais de cem dias em gabinete.

Dentre as ações promovidas pelo Poder Judiciário piauiense no fortalecimento à Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, têm destaque ainda as audiências e julgamentos promovidos durante as Semanas da Justiça pela Paz em Casa, que acontecem anualmente nos meses de março, agosto e novembro. Ao todo, mais de 3.000 audiências já foram realizadas com as Semanas da Justiça pela Paz em Casa no Piauí.

Data

A data de início dos trabalhos faz alusão ao Dia Estadual de Combate ao Femicídio, 27 de maio, instituído para reforçar a luta das mulheres quanto à defesa de seus direitos e à adoção de medidas contra a violência doméstica e familiar contra a mulher. A data lembra o estupro coletivo e espancamento de quatro meninas no município de Castelo do Piauí. Uma das vítimas faleceu dias depois do crime